

GT 13 - Trabalho imaterial e suas configurações na “nova economia”

Trabalho imaterial

Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação

Título

Trabalho imaterial. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação

Resumo simples

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho. O capital sempre esteve voltado para a produção, a reprodução e o controle da vida social. A sociedade industrial manifesta-se como sociedade da disciplina e do biopoder, às técnicas de disciplinamento no local de trabalho, juntam-se tecnologias e dispositivos de poder que se encontram disseminadas nas instituições.

Agora, a essência do capital produtivo da sociedade pós-industrial se vale cada vez menos de um controle sobre os corpos e as vidas e, ao contrário, investe nas vidas e nos corpos como capacidades produtivas singulares. Investe não mais necessariamente para subordiná-los, adestrá-los e controlá-los, mas para ativar sua cooperação subjetiva. Estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da sociedade do trabalho do biopoder à sociedade do trabalho da biopolítica. Uma passagem da reprodução da vida à produção da vida. Uma transição que envolve uma ressignificação do conceito força de trabalho com novas implicações para a luta operária.

Objeto

A sociedade industrial, taylorista/fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. A sociedade industrial cindiu o operário e reduziu-o a uma máquina produtiva. As suas características pessoais são desconsideradas, o seu conhecimento é desqualificado, o seu saber não é reconhecido e a sua subjetividade é dispensada. Na fábrica, ele se torna um numerário, sem rosto e sem fruição a ser

manifestada. A sua energia física é consumida, o seu tempo de trabalho é roubado e o seu conhecimento, quando exigido, é usurpado. Coisificado e assujeitado, assim é o trabalhador da sociedade industrial. Assim como a mercadoria, produto do trabalho fordista é estandardizada, o trabalhador também é estandardizado.

Assiste-se, agora, a uma transformação significativa do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. Em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo fordista, o capitalismo cognitivo, em sua versão pós-industrial, demanda um trabalhador comunicativo. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explice, apresente ideias. A nova realidade do trabalho, ainda não hegemônica, rompe com a concepção de trabalho da sociedade industrial caracterizada pelo biopoder – o controle sobre a vida do trabalhador, e permite a interpretação de que a nova forma de organizar o trabalho caracteriza-se como biopolítica. Agora, o capital investe sobre a vida do trabalhador, mobiliza-o em sua totalidade física e intelectual e exige, no processo produtivo, o aporte de recursos imateriais como o conhecimento, a comunicação e a cooperação. A produção é biopolítica, ou seja, é resultante de uma produção de si ou de uma produção da subjetividade, isto é, o trabalhador não se apresenta apenas como o possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir.

A produção biopolítica manifesta-se em contraponto à produção biopoder. É uma resposta ao biopoder e que escapa à sociedade do controle fazendo emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e apresenta características emancipatórias.

A nova forma de organizar o trabalho apresenta novas formas de exploração, mas possibilita novas lutas pela emancipação.

Objetivo

Apreender as mudanças em curso na sociedade do trabalho a partir da emergência da economia e do trabalho imaterial e suas implicações na organização social do trabalho em suas manifestações de novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação.

Metodologia

O presente trabalho assume o caráter de uma metodologia em contínua construção, resultante de um itinerário que se fez de entrelaçamentos de pessoas, grupos, organizações, leituras, estudos e debates. O texto ora apresentado é resultado da aproximação com o mundo operário, a partir de duas dinâmicas: o contato permanente com grupos de trabalhadores de indústrias automotivas e o estudo acerca das mudanças que se processaram no mundo do trabalho nos últimos anos. O tema da pesquisa surge nesse encadeamento metodológico da interação entre o que se “vê” – a realidade do trabalho, o diálogo com os trabalhadores, e o que se “lê” – a apropriação do conhecimento já produzido e o debate com os outros pesquisadores. Nenhuma dessas dinâmicas prevalece sobre a outra. Ambas são determinantes e indissociáveis na produção do conhecimento. O presente trabalho desenvolveu-se em duas frentes: na elaboração teórica, o desenvolvimento da teoria, dos conceitos e das categorias que permeiam a análise e, simultaneamente, numa pesquisa de campo.

O método utilizado na pesquisa de campo denominou-se de “grupo de conversação”. Durante dois anos, trabalhadores e trabalhadoras de indústrias automotivas reuniram-se para conversar, dialogar, debater, trocar opiniões e informações sobre o seu trabalho no chão de fábrica.

Resultados

A sociedade industrial elevou ao máximo a parcelização do trabalho, descaracterizando a cooperação originária do sistema de trabalho pré-industrial. No sistema de trabalho da sociedade fordista, cada trabalhador produz mercadorias que não exigem uma cooperação enriquecida, o trabalho é autômato. Isso significa afirmar que uma cooperação subjetiva, aquilo que é próprio do trabalhador como enriquecimento individual no processo produtivo, é desconsiderado ou não requerido pelo capital. No pós-fordismo, a cooperação assume outra condição. Requer-se uma cooperação subjetiva, ou seja, que o trabalhador externalize no processo produtivo os seus recursos, o seu conhecimento, o seu saber, as suas habilidades individuais, o que também, no jargão administrativo, é chamado de competências. Contrário ao trabalho taylorista-fordista, a habilidade do trabalhador é estimulada a se tornar transparente e não mais oculta.

Estamos diante de uma mudança significativa. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que se torne

transparente, colabore, apresente ideias, identifique problemas e sugira soluções. Há uma política deliberada de motivação. Cada vez mais o desempenho individual e grupal repousa sobre uma implicação subjetiva. O que é prescrito é a subjetividade. O que antes era ocultado agora precisa vir à superfície, o que não era valorizado, enquanto ação individual ou grupal para melhorar o processo produtivo, torna-se central na nova forma de organizar o trabalho. Ao lado da prescrição objetiva do trabalho, das tarefas racionalizadas e impostas, adota-se a prescrição subjetiva. O *plus* do trabalhador é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho.

O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento da subjetividade. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Requer-se um trabalhador que se transforme em um colaborador, que se dispa da sua primariedade de mão-de-obra servil e sinta-se sócio. Há uma busca pelo consentimento e um engajamento da subjetividade.

Já não há dúvidas de que o capital mudou o seu discurso e a sua prática em relação ao trabalho. Embora essa situação não seja hegemônica, configura-se como uma tendência que avança em quase todos os setores produtivos. Essa nova configuração do chão de fábrica, tendo como referência a mobilização da subjetividade promovida pelo capital, com todas as contradições expostas, permite a afirmação de que estamos embrionariamente assistindo a formação de uma outra subjetividade. Cada vez mais o capital investe na vida, no *bios* produtivo em seu conjunto. É no conceito da biopolítica que se encontra uma chave de leitura para a compreensão dessa outra subjetividade que se manifesta no indivíduo, na singularidade, mas também no conjunto, no sujeito do trabalho. Estamos transitando de um modelo de trabalho fundado no “biopoder” para o modelo de trabalho assentado na “biopolítica”. As formas de exploração são novas, porém, também o são as possibilidades de emancipação.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

CORSANI, Antonella. **Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo**. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 15-32.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

LINHART, Daniele. **A desmedida do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** - vol. I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.

_____. **O Capital** - vol. II, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.

_____. **O Capital** - vol. III, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

ROSDOLSKI, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. **Il postfordismo**. Milão: Etaslibri, 1998.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPURK, Jan. *A noção de trabalho em Karl Marx*. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 189-212.

VERCELLONE, Carlo. *Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho*. IHU ON-LINE, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.

VIRNO, Paolo. **Grammaire de la multitude**. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.